

Sumário

Editorial	9
-----------------	---

Doutrina

Artigos

Sobre el derecho fundamental a la buena administración y la posición jurídica del ciudadano

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz	13
I Introducción	14
II Interés general y buena administración	20
III Estado de bienestar y buena administración	25
IV Constitución de 1978 y buena administración	27
V El derecho a la buena administración en la carta de derechos fundamentales de la unión europea	29
Bibliografía	49

El juez sólo controla – No sustituye ni administra – Confines del derecho y la política

Domingo Juan Sesín	51
I El juez sólo interpreta el derecho. No es un "dominus" de la sociedad	52
II El límite consustancial del control judicial	55
III Lo discrecional y lo político como parte del orden jurídico	58
IV La intensidad del control judicial de lo discrecional y político. El núcleo interno insustituible	59
V El acto político dentro del orden jurídico	64
VI El llamado acto institucional que directamente no agravia situaciones jurídicas subjetivas	65
VII El acto institucional que puede ser sólo controlado en su aplicación concretizada. La mentada devaluación	66
VIII Los avances de la jurisprudencia	67
IX El control de "sostenibilidad", "acceptabilidad", "razonabilidad"	74
X La revisión judicial de las reglas técnicas y pautas de universal consenso	74
XI La intensidad del control judicial frente a la opinabilidad intrínseca de cuestiones técnicas complejas	75
XII Imposibilidad de sustitución por el juez. Controla. No administra. El límite concreto	78

Desapropriação em favor de particular: proibição, limites e possibilidades

Carlos Ari Sundfeld, Jacintho Arruda Câmara, Rodrigo Pagani de Souza	85
1 Introdução	86
2 Destinação de bens expropriados a particular na jurisprudência do STF	89
3 Possíveis desapropriações em favor de atividades empresariais de interesse público: três exemplos	98
4 Possibilidade de os particulares executarem desapropriações em prol de atividades empresariais de interesse público	103
5 Conclusões	105

Responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais		
Clèmerson Merlin Clève, Júlia Ávila Franzoni		107
1	Poder Judiciário: autonomia e responsabilidade	108
2	Características da responsabilidade por ato jurisdicional	110
2.1	Superando os argumentos imunizatórios	111
2.2	Configuração da atividade jurisdicional danosa	115
3	Atos jurisdicionais danosos	117
3.1	Hipóteses incontroversas	117
3.2	Hipóteses controversas	119
4	Conclusão	123
	Referências	124
A aplicação dos princípios de Direito Penal no Direito Administrativo: uma análise do princípio da insignificância econômica		
Luiz Alberto Blanchet, Emerson Gabardo		127
1	Introdução à polêmica	128
2	Do núcleo comum dos princípios de caráter sancionatório	131
3	O princípio da insignificância no Direito Administrativo	136
4	A objetividade, a natureza humana do agente e a insignificância	141
5	A inexigibilidade de conduta diversa	144
	Referências	148
Coisa julgada <i>versus</i> fiscalização de constitucionalidade – Apontamentos para compreensão dos artigos 475-L, II, §1º, e 741, II, parágrafo único, do CPC		
Edilson Pereira Nobre Júnior		151
I	A exposição do problema	151
II	Os artigos 475-L, II, §1º, e 741, II, parágrafo único, do CPC, e as decisões proferidas pelo STF na fiscalização concreta	153
III	Os pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e o dilema das coisas julgadas anteriores	163
IV	Síntese conclusiva	178
	Referências	180
A tributação e a dignidade da pessoa humana		
Leonardo Buissa Freitas		183
1	O tema objeto de estudo	183
2	O poder de tributar no Estado Democrático de Direito	184
3	Relação jurídica tributária e estatuto do contribuinte	187
4	Valor, princípio, subprincípio e norma	189
5	Valor jurídico da Segurança Jurídica e a dignidade da pessoa humana	191
6	O valor jurídico da justiça fiscal e a dignidade da pessoa humana	192
7	A isonomia tributária e a dignidade da pessoa humana	193
8	A capacidade contributiva, a pessoalidade e a dignidade da pessoa humana	196
9	O não confisco e a dignidade da pessoa humana	200
10	Os subprincípios ou critérios tributários e a dignidade humana	203
11	Considerações finais	206
	Referências	208

O casamento da supremacia legislativa com a Jurisdição Constitucional: lições da Grã-Bretanha para o Brasil

Gustavo Carvalho Chehab	209
Introdução.....	209
1 A jurisdição constitucional.....	210
1.1 Judicial Review: o modelo americano de controle de constitucionalidade.....	211
1.2 O constitucionalismo na Europa.....	214
1.3 O modelo brasileiro de jurisdição constitucional.....	215
2 O constitucionalismo britânico.....	216
2.1 A afirmação histórica da supremacia do Parlamento britânico.....	216
2.2 A falta de rigidez constitucional e a soberania parlamentar inglesa.....	217
2.3 A Convenção Europeia dos Direitos Homem e a Grã-Bretanha.....	218
2.4 A Lei britânica de Direitos Humanos de 1998 e suas características.....	220
3 Proteção dos direitos fundamentais e a legitimidade da jurisdição constitucional.....	224
4 Supremacia legislativa versus supremacia judicial: comparação entre os modelos britânico e brasileiro.....	227
Conclusão.....	229
Referências.....	231

Não concretização dos direitos sociais: o que há por trás da escassez de recursos?

Rafael Arruda Oliveira	233
1 Introdução.....	233
2 Direitos sociais e as promessas piedosas.....	235
3 A receptividade dos direitos sociais na Constituição brasileira e a atividade financeira do Estado.....	238
4 Escassez de recursos: crise econômica e/ou financeira ou má alocação?.....	240
5 O enfrentamento da escassez.....	253
6 Conclusão.....	257
Referências.....	259

Índice	263
---------------------	-----

Abstracts	267
------------------------	-----

Instruções para os autores	271
-----------------------------------------	-----